

CORREIO
DAS REGIÕES

DEFESA CIVIL DE TIETÊ/DIVULGAÇÃO



Tietê registrou 139 milímetros de chuva em 24 horas

Cidades do interior registram volume de chuva acima da média

A passagem da primeira frente fria do inverno provocou fortes chuvas em cidades do interior paulista com volumes que, em alguns municípios, superaram a média prevista para todo o mês de junho. Segundo a Defesa Civil, Tietê registrou 139 milímetros de chuva em 24 horas, enquanto Cerquilha acumulou 105 milímetros. Houve registros de alagamentos, desabamentos de muros e danos materiais em cidades como Tietê, Laranjal Paulista e Cesário Lange. Em Tietê, ruas ficaram alagadas e parte de dois muros desabou. Já em Laranjal Paulista, três imóveis foram afetados pelo acúmulo de água. Apesar dos transtornos, não houve registro de feridos. A Defesa Civil mantém o monitoramento das áreas afetadas.

Travessia mais segura de animais silvestres

A Rodovia Antônio Machado Sant'Anna (SP-255), em Guataparã, região metropolitana de Ribeirão Preto, passou a contar com a primeira passagem aérea para animais silvestres. A estrutura, instalada a seis metros de altura e com cerca de 30 metros de extensão, permitirá a travessia segura de espécies arborícolas, como macacos, reduzindo o risco de atropelamentos. A iniciativa também contribuiu para a preservação da fauna.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



Passagem foi implantada a seis metros acima da pista

Fura-fila com aval do Prefeito Rodrigo Manga

A vereadora Iara Bernardi protocolou representação no Ministério Público solicitando a apuração de possíveis irregularidades em atendimentos de saúde durante evento da Prefeitura de Sorocaba, em 10 de junho. A denúncia tem como base declarações do prefeito Rodrigo Manga, que orientou participantes a procurarem atendimento no local. A parlamentar pede que seja investigado se houve facilitação de acesso a consultas e serviços do SUS fora dos critérios técnicos e das filas.

30 dias para interromper pagamentos da saúde

Após denúncia do vereador Raul Marcelo, o Ministério Público determinou prazo de 30 dias para que a Prefeitura de Sorocaba interrompa pagamentos sem contrato formal na área da saúde. O caso envolve repasses de cerca de R\$ 19,7 milhões à empresa Human Concierge. A investigação apura a continuidade dos pagamentos sem licitação vigente. O TCE também analisa o caso.

Alagamentos em Sorocaba

A Comissão Especial de Enchentes e Alagamentos da Câmara de Sorocaba apresentou requerimento cobrando da Prefeitura informações atualizadas sobre as medidas adotadas após as fortes chuvas de março. O grupo pede cronograma de obras, ações preventivas e detalhes sobre intervenções.

Farmácia de Alto Custo

Jundiaí foi escolhida como a primeira cidade do Estado a integrar um novo modelo de descentralização da Farmácia de Alto Custo. A mudança prevê abastecimento direto pelo Governo de SP e digitalização da análise dos pedidos, reduzindo burocracias e agilizando o atendimento aos pacientes.

Vacina pneumocócica

A Secretaria de Saúde de São José do Rio Preto recebeu 1.015 doses da vacina pneumocócica 20-valente (VPC20), que passa a integrar o calendário nacional de vacinação infantil do SUS. A aplicação começa nesta quinta-feira e amplia a proteção contra doenças como pneumonia, meningite e sepse.

Sugestões para a LOA

Sorocaba abriu consulta pública on-line para que moradores enviem sugestões para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027. As contribuições podem ser feitas até 7 de julho e ajudarão a definir prioridades e investimentos do município. As propostas serão analisadas pelas secretarias e poderão integrar o projeto final.

Muita espera nas UPAs

A vereadora Rai de Almeida relatou reclamações de moradores sobre superlotação e demora no atendimento nas UPAs de Piracicaba. Pacientes têm aguardado entre três e cinco horas para serem atendidos em unidades como Piracicamirim, Vila Cristina e Vila Rezende.

Perdão no IPTU

A Câmara de São José do Rio Preto aprovou projeto que concede remissão do IPTU de lotes localizados nos loteamentos irregulares de Auferville, referente ao período entre 2000 e 2016. A medida busca viabilizar a execução de obras de infraestrutura, por meio de acordo com a incorporadora responsável.



A ação avaliou as condições de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos

TCE-SP autua aterros de Itatiba e Votorantim por irregularidades

Inspeção encontrou falhas ambientais e operacionais em aterros sanitários

Por **Raphaela Cordeiro**

Uma fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) revelou um cenário preocupante na gestão de resíduos sólidos. De acordo com o órgão, 83,33% dos aterros sanitários próprios apresentaram irregularidades. Entre os casos identificados estão os aterros de Itatiba e Votorantim.

A ação realizada no dia 18 de junho, considerada a 3ª Fiscalização Ordenada de 2026, mobilizou 220 auditores em 203 municípios paulistas para avaliar as condições de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos. O levantamento também apontou que 67% das cidades possuem pontos de descarte irregular de resíduos.

Em Itatiba, os auditores identificaram que o aterro sanitário opera com a Licença de Operação vencida. O relatório também aponta que o local não realiza o processamento dos resíduos antes da disposição final, comprometendo o tratamento dos gases gerados pela decomposição do lixo. Outra irregularidade encontrada foi a ausência de informações de monitoramento do chorume. O controle é considerado essencial

para evitar a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

Já em Votorantim, o TCE constatou descarte inadequado de resíduos dentro do próprio aterro. Segundo o relatório, parte do lixo estava exposta na superfície, sem a cobertura adequada, situação que favorece a proliferação de aves e amplia os riscos ambientais. Os resultados reforçam um problema identificado em todo o estado.

Segundo o Tribunal, quase quatro em cada dez municípios não atendem integralmente as áreas rurais com coleta domiciliar e mais de um terço ainda não possui entidade reguladora para os serviços de saneamento. Além disso, 34,48% das cidades não contam com programas estruturados de educação ambiental.

Para o TCESP, a destinação adequada dos resíduos deixou de ser apenas uma questão ambiental e passou a ser um tema diretamente ligado à saúde pública, à qualidade de vida da população e à sustentabilidade das cidades.

O Correio procurou as prefeituras de Itatiba e Votorantim e aguarda posicionamento sobre as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas.